



Comunicação

Palestra proferida no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em Seminário sobre as Revoluções de 1930, a 30 de outubro de 2012.

Implantação do Estado Novo e Revolta Integralista

Helio Leoncio Martins

Almirante, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, historiador, autor de livros, conferencista.

O episódio da implantação do Estado Novo envolveu uma sequência de fatos de veracidade duvidosa que a tornaram dependente de documento improvisado, de autoria de um capitão do Exército, descrevendo ficcionalmente violento ataque comunista ao País, mas apresentado como real pelo chefe do Estado-Maior do Exército, com perfeito conhecimento de sua valia pelo Governo que dele iria se aproveitar.

Em 1935, por determinação da Internacional Comunista, com base em informação de Luís Carlos Prestes de que teria o apoio integral do Exército, foi desencadeado, a 11 de novembro, um ataque comunista, com a vinda para o Brasil de elementos estrangeiros preparados especialmente para este tipo de ação.

Tal ataque resultou em motins no 3º Regimento de Infantaria e no 1º Regimento de Aviação, ambos logo dominados, depois de se tornarem cena de assassinato de colegas dormindo e outras agressões semelhantes. E o Estado do Rio Grande do Norte ficou em mãos comunistas por alguns dias.

Para combater o comunismo, que tentava se impor, foi promulgado o estado de guerra que durou até junho de 1937. A 13 de dezembro de 1935, uma reunião de generais fixou a maneira pela qual lutariam contra outro ataque. O General Góis Monteiro deu seu voto por escrito, alvitando a hipótese da instalação de um governo mais forte do que o que existia, em formato próximo do futuro Estado Novo.

Como consequência, o ano de 1936 foi pleno de medidas legais ou supralegais an-

ticomonistas e, principalmente, afetado pelo receio de novamente pairar sobre a nação a existência de um “fantasma vermelho”. Simultaneamente, tomou corpo a oposição ao regime provisório em que se vivia desde 1930, antevendo-se a eleição prevista na Constituição de 34 e receando o continuísmo de Getúlio Vargas. Em torno disso já houvera um desentendimento de Getúlio Vargas com Flores da Cunha, o governador do Rio Grande do Sul, que ampliava a brigada local com batalhões provisórios e importava armas. O Governo não queria usar contra ele ação militar, mas enviou uma divisão de contratorpedeiros que atracou no Rio Grande. E Góis Monteiro foi nomeado inspetor das Regiões Militares do Sul, com o que pôs-se a par da situação do Rio Grande; nomeado Ministro da Guerra, não aceitou a função, porque ficaria muito exposto, indicando para assumi-la o General Eurico Dutra.

Em 1937, a preocupação com o comunismo diminuía bastante, havendo sido em grande parte vencida no ano anterior pelo estado de guerra, e mais as perseguições, prisões, exílios, julgamentos no Tribunal de Segurança, criado especialmente para acelerar as condenações. Tomaram fôlego as candidaturas de Armando Sales e José Américo, e, em junho, a de Plínio Salgado, para a eleição marcada para 3 de janeiro de 1938, o que não era do gosto de Getúlio nem de Góis Monteiro, então chefe do Estado-Maior do Exército.

Na opinião desses últimos, o ambiente de perigo nacional precisava renascer, favo-

recendo e justificando transformações políticas. A iniciativa neste sentido partiu, pelo que se sabe, de Plínio Salgado, com a incumbência dada a um capitão do Exército, Olympio Mourão Filho, que acumulava funções no Estado-Maior do Exército e, como prócer integralista, chefiando o Serviço Secreto do Movimento, cabendo-lhe como tal a tarefa de elaborar um boletim de informações.

Chamado Olympio por Plínio Salgado, este disse-lhe que o movimento estava se preocupando muito com sua candidatura, tendo desaparecido a atenção com o avanço comunista. Seria necessário que voltasse à tona esse perigo, a luta contra o qual era um dos objetivos principais do movimento. Que ele usasse o próximo boletim para mostrar que o perigo ainda permanecia, afetando a acalmia existente. O capitão, em obediência, elaborou um documento copiando informações, algumas falsas, de diversas origens, inclusive traduzidas do espanhol, compondo assim um plano de ataque comunista de envergadura, ao qual deu o nome apelativo de Plano Cohen. Plínio não o aprovou, achando-o fantasioso, ficando com o original, e deixando na mão de Olympio a cópia, que a guardou possivelmente para empregá-la com outros fins.

Morava ele perto do edifício de apartamentos onde residiam o General Álvaro Mariante, seu amigo pessoal, e o General Góis Monteiro. Indo Olympio, certa noite, visitar Mariante, conversaram sobre a ação comunista. Olympio então foi em casa buscar a cópia do chamado Plano Cohen e mostrou-o, sem dizer de suas origens. Mariante interessou-se vivamente pelo documento e disse que deveria ser entregue a Góis Monteiro, com o que Olympio não concordou, pois achava ser assunto puramente integralista. Mariante pediu para guardar a cópia, a fim de lê-la com mais cuidado.

Isto se passou em fins de agosto. Daí por diante, uma série de fatos foi se desenvolvendo, culminando com a implantação do Estado Novo. A 8 de setembro, Getúlio, em oração pública, afirmou que falava como Presidente pela última vez, mas atacou os candidatos e terminou dizendo que "já teria adquirido bastante experiência para não acreditar no feiticismo das fórmulas e reconhecer que o

bem público não deve encontrar obstáculos nas leis e convenções jurídicas. Se essas dificultam o progresso, entravam a administração e fazem perigar a segurança nacional, hão de ser substituídas ou revogadas. A flexibilidade de adaptar-se às circunstâncias do momento e não à rigidez formalística é a peculiaridade característica das democracias. Quando essas circunstâncias assumem caráter imperativo, o acertado será não antepor-lhe diques, e sim conformar-se com os fatos, alterar os textos, substituindo-os, e emprestando ao Poder Público novas formas de ação!" Não podia Getúlio ser mais claro sobre suas intenções e teria certamente triunfos suficientes para levá-las adiante. A 22 de setembro, com antecedência de dois meses, foi realizada a costumeira romaria aos túmulos das vítimas de 1935, como uma lembrança do perigo comunista.

Realmente Góis Monteiro havia recebido o Plano Cohen, possivelmente de Mariante (embora este tivesse negado, quando interpelado por Olympio), mas só deu conhecimento dele ao ministro da Marinha, Guilhem; ao do Exército, Dutra; ao chefe da Casa Militar, General José Pinto; e ao chefe de Polícia, Müller. Manteve-o restrito a esse grupo. Mas teria aplicação em pouco tempo. A 28 houve uma reunião dos ministros militares para examinarem o Plano e decidir as providências a tomar, dentro ou fora da lei, sendo enviado um memorial ao Governo, que seria um aval garantindo a veracidade do Plano e do perigo que o País enfrentava.

A 30, os jornais do Rio de Janeiro publicaram, e a Hora do Brasil exibiu, o Plano na íntegra. E a 1º de outubro, o ministro da Justiça enviou ofício ao Congresso solicitando que se promulgasse o estado de guerra, diante da ameaça vermelha antevista pelo Estado-Maior do Exército. Isto é, as mais altas autoridades do País entraram em acordo para amedrontar o Congresso com base em documento de valor duvidoso, profetizando um perigo que não mais havia, isto com o fito de implantar uma ditadura, o que não é uma página gloriosa em nossa história.

Ao receber o pedido de promulgação de estado de guerra, a Câmara ficou alvoroçada. Os 52 deputados da oposição, liderados por Otávio Mangabeira, queriam saber a

origem daquela notícia que levava a público algo que seria um segredo de Estado Maior e que exigiria um esforço nacional para ser enfrentada. Os deputados governistas afirmavam que o aval militar bastava para assegurar sua importância e veracidade. E que tudo deveria ser feito e concedido para combater tal ameaça. Por fim, com 138 votos a favor, foi aprovado o estado de guerra. O Plano Cohen desempenhara o seu papel.

O Capitão Olympio, ao ler nos jornais o plano fictício que havia escrito, e depois de receber a negativa de Mariante, conseguiu contatar o General Góis Monteiro (conforme afirmou), dizendo-lhe que não poderia em caso nenhum garantir a origem verdadeira daquele documento, mas foi mandado se retirar, pois nada tinha a ver com aquilo e era um oficial do Estado-Maior, devendo saber calar-se. No livro "O General Góis depõe..." de Lourival Coutinho, Góis dá uma versão do caso difícil de acreditar. Conta que um major, Caiado, vendo Olympio datilografar no Estado-Maior, procurou ler, espiando por cima do ombro, o que estava sendo escrito, concluindo ser um plano comunista. Imediatamente disse que o mesmo deveria ser mostrado a Góis Monteiro, o que foi feito por intermédio do General Mariante. E Góis acrescentava que Olympio pedira que não o acusasse. Isto levou este último a pedir um Conselho de Justificação, sendo absolvido, e escrever memória em que desmente o depoimento de Góis e se defende.

No meio de tanta falsidade, não é fácil descobrir a verdade. Mas crer que Olympio iria datilografar o Plano no Estado-Maior (e era um trabalho de fôlego) e um simples passar de olhos permitisse descobrir que se tratava de um Plano comunista, e aparecer o General Mariante para levá-lo a Góis, é um pouco forte. O fato é que o Plano chegou às mãos de Góis Monteiro, e que ele o usou para fazer recrudescer um perigo vermelho que aterrorizasse o País.

O estado de guerra não foi usado contra o inimigo que o havia causado – os comunistas, que permaneceram sossegados. Seu emprego limitou-se ao cuidadoso preparo para ser instalado o Estado Novo. O primeiro tropeço a ser afastado foi Flores da Cunha, no Sul, quando a Brigada Policial e mais a

Força Pública paulista, foram requisitadas pelo Exército. Flores demitiu-se a 17 de outubro e retirou-se para o Uruguai. Com uma mexida nos governadores (interventores), só foram deixados em seus postos os de absoluta confiança. A mando de Getúlio, Negrão de Lima excursionou pelo Norte e pelo Nordeste, fazendo uma verificação de fiéis e infieis.

O jurista Francisco Campos elaborou uma Constituição – diziam que em cinco dias – nos moldes da italiana e mostrou-a a Plínio, solicitando sua aprovação e a adesão às intenções de Getúlio. Seria a terceira força a apoiá-lo, além do Exército e da Marinha. O General Newton Cavalcante, comandante da 1ª Brigada de Infantaria, simpatizante do integralismo, também fez uma aproximação de Plínio com Getúlio. O chefe integralista foi levado pelo chefe de Polícia a contatar o ministro da Guerra, e mesmo o Presidente, que lhe propôs (sendo aceita) uma ligação com algo que iria acontecer. Disto resultou, a 4 de novembro, uma passeata em forma militar de 50 mil integralistas na Rua Guanabara, assistida pelo Presidente, pelo General José Pinto, chefe da Casa Militar; e pelo General Newton Cavalcanti, depois da qual aumentou substancialmente o alistamento integralista. Assisti aos dois eventos, a 15 de novembro, junto à estátua de Deodoro e no lançamento de um novo contratorpedeiro no Arsenal de Marinha, ambos repletos de braços erguidos.

Por fim chegara a hora. A 8 de novembro, os próceres governamentais, civis e militares reuniram-se para decidir o que fazer. Prevendo o que se aproximava, Armando Sales publicou um manifesto distribuído entre Rio e São Paulo, que acusava o Governo de pretender dar um golpe de Estado. Foi a única resistência. A 10 de novembro, pela manhã, o Congresso foi fechado pela cavalaria da Polícia Militar (não querendo o Exército se envolver) e publicou-se um longo manifesto do ministro da Guerra explicando as razões daquela modificação que iria trazer a paz pela qual o País ansiava. A nova Constituição de Francisco Campos foi adotada por ordem da Presidência, e das eleições não mais se falou – e o Brasil mergulhou em oito anos de ditadura. O Plano Cohen desapareceu.

E nada aconteceu com seu imaginoso autor. Mas tudo indica que o Exército em geral teve conhecimento de seu papel, com o qual não concordando, Olympio só foi promovido daí em diante por antiguidade. Conseguiu ir para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), mas só passou na Itália 30 dias, sem funções, sendo inclusive insultado publicamente por um oficial comunista, mas manteve-se na carreira. Absolvido por um Conselho de Justificação 18 anos depois, atingiu o Generalato de Divisão e foi a figura que iniciou, de Juiz de Fora, o Movimento de 1964.

O integralismo exultou com o Estado Novo. Não sei que tipo de promessas Plínio recebera de Getúlio, mas, pelo rádio (que eu ouvi), ele comunicava que seria o “condes-tável” do País (na esperança ingênua de que Getúlio aceitasse ser o Rei Vitor Emanuel II)! Desde a parada de 4 de novembro, o integralismo, sentindo-se fortalecido, começou a se exibir em todo o Brasil, com desfiles, tambores batendo etc. Entretanto, Getúlio ou observou na parada ou foi devidamente informado de que a Ação Integralista, embora numerosa, e marchando com passo certo, não possuía estrutura militar nem treinamento, nem armas. Sua existência prestigiada só iria confundir a política do Estado Novo. A 3 de dezembro, um mês depois da apoteótica marcha, com um decreto proibiu sua existência, como a de todos os outros partidos. Ainda acenou com a possibilidade de o integralismo se transformar em movimento cultural, dando esperança a Plínio de ser o ministro de Educação, o que ele, Plínio, também informou pelo rádio. Mas nada disso aconteceu. Plínio enviou a Getúlio uma carta mais queixosa do que indignada, e Newton Cavalcanti outra, dizendo-se não-integralista, mas que garantiria a aceitação do movimento e passaria por mentiroso. Pedia demissão do comando da Brigada. Foi apenas punido.

A lembrança que se tem hoje da Ação Integralista é a de tratar-se de um nazismo nacional, com todos os desvios e males deste. Talvez até passasse a ser, se realmente conquistasse o poder, que, como é sabido, traz sentimentos reformadores aos próprios líderes. Os movimentos totalitários sempre são dirigidos por elementos carismáticos,

que impõem seus pontos de vista, suas ideias, suas reações aos seguidores, que tudo aceitam, incorporando o entusiasmo e a vontade do líder. No caso do integralismo, quando foi criado, em 1932, não apareceu, no momento nem depois, esse *duce*. Plínio era um pacato intelectual (excelente escritor de romances) que teve a ideia de substituir pelos estímulos de Deus, Pátria e Família um ambiente de descrença, de desordem política, revolucionário, com o comunismo como bandeira, que se refletia na vida da nação. Tal conceito é que atraiu seguidores e não os discursos do “chefe”. A camisa, os símbolos e a saudação repetiam o que estava em moda, mas nem o nazismo alemão nem o fascismo italiano haviam ainda mostrado a face negra. O seu avanço na Marinha, e houve, e muito, explica-se. É esta um ambiente fechado, com todos, oficiais e praças, tendo tido o mesmo preparo básico, com ênfase em qualidades subjetivas, semelhantes a Deus, Pátria e Família, e que, com o integralismo, encontravam em sua vida política uma continuação do aprendizado na Escola Naval ou nas escolas de aprendizes. O alistamento no integralismo, aliás, incluía elementos que se salientavam na Marinha e na sociedade. O que se pregava nos primeiros anos era o aperfeiçoamento moral, sem se ouvir, pelo menos na chamada Província do Mar, que envolvia a Marinha, pregação no sentido de se alcançar o poder, e muito menos de qualquer maneira. Esta tentação Getúlio passou a Plínio.

Com o engano, ou traição, palavra que não é muito usada na política, os elementos mais radicais do integralismo derrotado ficaram irritados e começaram a conspirar, no sentido de vencer o Estado Novo. Em março fizeram uma tentativa, mas de maneira muito canhestra. A trapalhada foi tanta que a polícia descobriu tudo, fez algumas prisões, os possíveis chefes fugiram e nada se fez. A iniciativa de uma intentona pode ter sido obra dos que sobraram depois do decreto de 3 de dezembro, pois o grande alistamento, vindo com o Estado Novo, murchara bastante. Também a adesão de elementos liberais ou anti-getulistas praticamente dominou a conspiração, de forma que a rigor não se pode chamar o movimento como simplesmente integralista.

Conforme rezava um rascunho do plano da ação revoltosa integralista encontrado, a ideia era a formação de diversos grupos que neutralizariam órgãos ou personagens em posições responsáveis, sendo a ação principal o ataque ao Palácio da Guanabara, onde o Presidente seria aprisionado e levado para um navio de guerra, atracado na ponte que existia no Flamengo. Assumiria o Governo uma junta de militares, e a notícia seria irradiada pelo Brasil. Plínio estava em São Paulo, mas a direção da conspiração coube a Otávio Mangabeira e a Euclides Figueiredo, embora internados em um hospital. Por indicação de Mangabeira, a chefia geral da intentona, que reuniria os grupos e comandaria todas as forças militares e civis, seria do General José Candido Pereira de Castro Junior, distinto oficial, liberal antigetulista que tinha seu quartel-general na Avenida Niemeyer, 550. Belmiro Valverde, velho integralista, comandaria as ações, e ao Tenente Fournier, ex-ajudante de ordens de Euclides Figueiredo, caberia o ataque ao Palácio Guanabara.

Foi escolhida para início das operações a madrugada de 11 de maio, porque seria quando o Tenente Fuzileiro Naval Barbosa Nascimento, integralista, comandaria a guarda de fuzileiros do Palácio da Guanabara. Este neutralizaria a guarda e abriria caminho para os elementos civis fardados de fuzileiros, que atuariam sob o comando de Fournier. Em parte isso aconteceu. A guarda foi trancada na sala dos sargentos e vigiada por um dos falsos fuzileiros, com uma metralhadora. Mas dos 80 atacantes esperados só chegaram 25, que se perderam entre às árvores do parque. O primeiro a reagir foi o ajudante de ordens da Marinha, Tenente Isaac Cunha. Depois foram trocados tiros entre o palácio e os atacantes.

Uma metralhadora manejada pelo Tenente Nascimento alvejava os portões para evitar entradas e saídas. Mesmo assim, entrou um carro com Benjamim Vargas e amigos e saiu outro para obter socorro. O telefone público foi cortado, mas havia um linha especial ligando o Palácio com os órgãos de defesa, que serviu para transmitir os pedidos de auxílio. Na porta principal do palácio, por onde seria o acesso dos atacantes, ficariam sucessivamente defensores

armados. Mas nenhum agressor se aproximou. Não houve estímulo ou comando que os empurrasse. Muitos já se retiravam pelo morro nos fundos do palácio, inclusive os tenentes Nascimento e Fournier.

Enquanto isso, as diversas capturas previstas e ocupações de locais críticos eram tentadas, todas praticamente sem êxito. O ministro Eurico Dutra não foi encontrado onde o aguardavam para prendê-lo. Sabendo do ataque ao Guanabara, ele foi ao Forte do Leme e daí, com 12 homens, se dirigiu ao Palácio, atirando contra os atacantes que restavam. Chegando o socorro da Polícia Especial, e já havendo pouca ação, Dutra, com a notícia de tiroteio no Ministério da Marinha, usou a traseira de uma motocicleta para ir rapidamente ao Ministério da Guerra, de onde determinaria que um grupo de obuzeiros fosse combater a sede da Marinha, o que não foi preciso, porque o Ministério já estava sob o fogo de uma bateria de canhões de 75mm dos fuzileiros navais. Nos terrenos do Palácio, oito dos pseudofuzileiros foram encontrados mortos, diziam que fuzilados por Benjamim.

A desordem no comando da Intentona era completa. O General Castro Junior mandara suspender as operações quando verificou sua falta de preparo, mas não foi obedecido. As tentativas em terra nada realizaram, exceto a prisão do Coronel Canrobert, que foi levado em um automóvel, mas abandonado quando seus carcereiros julgaram-se perseguidos.

As ações da Marinha foram as seguintes, completadas conforme as tarefas que lhe cabiam mas sem resultados efetivos, porque nenhuma ligação havia nem entre elas, nem com as que iriam se realizar em terra, aliás todas falhando:

A 1 hora da manhã, bateram à porta da casa do Almirante Castro e Silva, chefe do Estado-Maior da Armada. Sua esposa, olhando pela janela, disse serem quatro homens, visivelmente suspeitos. Como já havia boatos prevendo assaltos a autoridades, o almirante saiu pelos fundos da casa e, em automóvel dirigido por seu filho, foi se juntar ao ministro da Guerra e tomou conhecimento sobre o que se passava na Marinha, dando as devidas providências.

O edifício do Ministério da Marinha, atual Edifício Tamandaré, havia sido ocupado por sargentos que aguardavam a chegada do Comandante Hasselman, um dos elementos mais radicais, que vinha pela rua carregando um embrulho com revólveres. Pela manhã, os oficiais, embarcados nos navios, tomavam as lanchas, que os levavam para bordo, no cais em frente ao Ministério. Foram detidos pelos sargentos e conduzidos para dentro do edifício, sendo-lhes dito que não estavam presos, seria apenas uma garantia segura em relação ao fogo cruzado com os canhões de terra. Hasselman, com a audácia que lhe era habitual, entrou pelo portão da guarda. Recebeu um tiro, não se sabe se de um dos fuzileiros ou do oficial de serviço. Atingido na espinha, ficou semi-paralítico. Carregado, mesmo deitado dirigiu a defesa. Foi preso, com grande sofrimento, recuperando-se mais tarde, chegando mesmo a ser diretor da Fazenda da Marinha. A bateria dos fuzileiros postou-se na Ilha das Cobras, em frente ao edifício, e martelou-o até ele se render.

O Cruzador *Rio Grande do Sul* foi abordado pelo seu ex- imediato, Nuno de Oliveira, e por quatro tenentes, não havendo reação, pois a guarnição era quase toda integralista. Ficaram aguardando os sinais na Praia do Flamengo informando que o Presidente estava pronto para embarcar, isto é, que houvera êxito no ataque ao Palácio. Como o sinal não apareceu, o navio cruzou a baía durante a noite, ouvindo pelo rádio as notícias negativas dos ataques, entregando-se na manhã seguinte. Os cinco oficiais foram expulsos da Marinha e passaram dois anos presos em Fernando de Noronha. Foram readmitidos em 1945, reformaram-se e não voltaram à Marinha.

A turma de guardas-marinha, que ainda estava na Escola Naval, na Ilha das Enxadas, e que já havia tentado revoltar-se em março, sem êxito, por se sentir isolada, em grande maioria tentou repetir a façanha. Desarmou a guarda de fuzileiros e ficou aguardando ordens, que não vieram. Foram, da mesma maneira, expulsos da Marinha. Voltaram em 1945. Alguns pediram reserva, outros continuaram a carreira, chegando mesmo ao almirantado.

Elementos da Aviação Naval, na época instalada na Base do Galeão, ocuparam a Central de Rádio da Marinha, na Ilha do Governador, e o depósito de munição em uma ilha junto à Ilha de Brocoió, mas não tendo notícias, não sabendo o que se passava, abandonaram-nas.

Por fim, aquele que era considerado o chefe do integralismo na Marinha, o Capitão de Mar e Guerra Fernando Cochrane, submarinista muito prestigiado, mas que, pelas minhas lembranças, não me parece que tenha tido essa posição, reuniu uma meia dúzia de oficiais, que o seguiram pelo seu prestígio, não lhes dizendo o que fariam, simplesmente afirmando que aguardavam a palavra do General Castro Junior, e ficaram na cidade à sua espera. Como ela não viesse, foram para casa.

A caça aos integralistas que se seguiu teve os mesmos aspectos da desenvolvida contra os comunistas. O inquérito na Marinha foi atribuído ao Capitão de Mar e Guerra Durval Teixeira, não-integralista, que cumpriu sua tarefa com seriedade, evitando que os marinheiros fossem submetidos aos processos contundentes da polícia.

Com a adesão ao Estado Novo, Plínio aceitando as promessas de ser feito o seu condestável (pelo menos disse que aceitara), o integralismo perdeu muito de sua força, pelo menos entre os que admiravam o alto nível moral e ideal que alardeava, e por isso a ele se haviam juntado. Com a derrota, o movimento, mostrando que era algo confuso, sem estrutura, também foi abandonado pelos que a ele aderiram por considerá-lo o caminho ao poder. Plínio, um ano depois dos acontecimentos de maio, foi preso (esteve oculto nesse meio tempo) e exilado. Escreveu longa carta ao General Dutra, pedindo-lhe que protegesse os integralistas, pelo bem que haviam feito. Os próceres não sofreram muito. Houve prisões dos elementos mais radicais, mas, embora alguns tenham depois tentado transformar a Ação Integralista em um Centro de Cultura, na realidade o movimento desapareceu.

Elemento que se salientou, criando um problema diplomático, foi o Tenente Fournier, considerado o maior dos culpados, porque sua tarefa envolvera uma ameaça

pessoal ao Presidente e a sua família, que poderia ir até o homicídio. Esteve escondido algum tempo, mas, de repente, irrompeu na embaixada italiana pedindo asilo. O embaixador concedeu, sendo por isso duramente recriminado pelo Governo italiano e pressionado pelo Governo brasileiro para entregar Fournier, pois não era ele considerado fugitivo político. E pior: o carro que o levou para a embaixada pertencia ao Capitão Manoel Aranha, irmão do nosso chanceler, que, considerando o fato como responsabilidade de família, pediu demissão, com o que perturbou o arcabouço governamental, por ser Osvaldo Aranha a pessoa de maior confiança de Getúlio. Em carta muito amiga, a demissão foi recusada.

Resolvendo este último problema, foi enviado à embaixada um coronel propondo a saída de Fournier, aparentemente por vontade própria, podendo este decidir se queria ir para a polícia ou ser prisioneiro do Exército. O debate foi longo, só terminando com a intervenção do pai de Fournier, oficial reformado, que o fez aceitar sair da embaixada e ir para a prisão do Exército. Como já estava com tuberculose adiantada, em pouco faleceu.

Em 1945, a anistia fez com que os integralistas ainda presos fossem soltos, e os expulsos das Forças Armadas, readmitidos. Góis Monteiro, da mesma maneira como cooperou para criar o Estado Novo, liderou seu fim e a saída de Getúlio, confirmando ser exímio em intrigas políticas.

